

Monitoria e Avaliação aponta progressos para Moçambique

Notícias, Mulher, 21.08.2020, Pág.02, Ed. n.º 31.070

A ASSOCIAÇÃO Gender Links Moçambique lançou semana passada, no âmbito da Cimeira da SADC, um documento denominado Monitoria e Avaliação de Género em Moçambique, que aponta progressos na implementação de acções rumo à igualdade de género.

São exemplos dos progressos alcançados por Moçambique a indicação de maior número de mulheres para cargos de secretárias de Estado, seis num total de 10, e ainda nos cargos de indicação directa do Presidente da República; aumento do número de ministras, em que, de um total de 20 ministérios, dez são mulheres. O mesmo acontece no sector judiciário, em que aparecem como exemplos a destacar o Conselho Constitucional, Tribunal Administrativo, Procuradoria-Geral da República, dirigidos por mulheres.

Segundo a directora executiva da Gender Links Moçambique, Alice Banze, que falava no lançamento do documento, os maiores desafios para a equidade de género continuam na base e nos partidos políticos.

A Monitoria e Avaliação



Alice Banze, directora executiva da Gender Links Moçambique

de Género em Moçambique define as principais questões e opções para o aumento da representação das mulheres na esfera política no país, após as eleições de Outubro de 2019.

Nas últimas eleições, a proporção de mulheres na Assembleia da República é de 42.4 por cento, representando um aumento de 2.8 pontos percentuais em relação às eleições de 2014.

Com esta percentagem, Moçambique passa de 29 para 16 no ranking da União Interparlamentar.

De acordo com a directora executiva da Gender Links Moçambique, para garantir que o país atinja os 50/50, são necessárias, entre várias acções, uma auditoria de género nos processos eleitorais, que vai ajudar a definir as medidas para a tomada de decisões políticas até 2030, o prazo para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Lembre-se que o artigo 5 dos ODS insta os países membros a alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas até 2030.

Alice Banze considerou

que o sistema de representação proporcional que prevalece no país é propício à participação política da mulher, mas apenas quando combinado com quotas legislativas de género.

Actualmente, a Frelimo, partido no poder, possui uma quota voluntária de 30 por cento para a mulher na tomada de decisões políticas, mas é necessário garantir que todos os partidos políticos tenham uma quota de 50 por cento.

Dos 250 deputados que constituem o Parlamento moçambicano, 184 são da bancada da Frelimo, dos quais 79 mulheres; dos 60 deputados eleitos pela Renamo, apenas 15 são mulheres; e o MDM, com apenas seis deputados, não tem nenhuma mulher eleita, totalizando, deste modo, 94 mulheres, contra as 100 da legislatura passada.

Como recomendações, o documento considera que o país deve considerar legislar uma quota de 50 por cento para todos os partidos políticos e exigir que as mulheres sejam distribuídas de igual forma nas listas, tanto nos níveis nacionais como locais.